



Comunidades Tradicionais na Contemporaneidade: As Mudanças e os Processos Educativos com Pescadores e Marisqueiras no Caminho do Desenvolvimento Local na Ilha do Maruim em Olinda, Pernambuco¹.

Irenilda de Souza LIMA²

Filipe Lima SILVA³

Ana Paula Gomes DA SILVA⁴

RESUMO

Apresentamos, neste trabalho, os resultados do estudo relativos às parcerias, às mobilizações e aos processos educativos nas ações governamentais direcionadas para uma comunidade tradicional na contemporaneidade de pescadores, pescadoras e marisqueiras, na Ilha do Maruim, em Olinda-Pernambuco. As ações públicas se destinaram à revitalização do Rio Beberibe no seu estuário na Praia de Del Chifre, incluindo a mobilidade das pessoas do lugar. O estudo revelou que a comunidade continua com os mesmos problemas de pobreza, agravados ainda mais, pela insuficiente assistência pública e poucas oportunidades para a melhoria de sua qualidade de vida. No entanto, resistem reconhecendo que somente de forma organizada a comunidade poderá obter um desenvolvimento significativo, bem como, podem juntos criar outras formas de lutas e de conquistas para o coletivo e para a melhoria de condições de vida no local.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunidades tradicionais; pescadores e marisqueiras; educação popular; desenvolvimento local.

De uma forma geral, as reflexões sobre o momento da agricultura familiar e de outros setores produtivos como pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas e outros públicos atendidos pelos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural do

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local DT 7- IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da UFRPE. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP.

³ Graduado em Direito, aluno especial POSMEX e participante da equipe de pesquisa do projeto Casadinho, POSMEX.

⁴ Bióloga. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento local pelo POSMEX –UFRPE – Casadinho.



Brasil, remetem-nos a fazer ligações ao conjunto mais amplo de transformações ocorridas pelo processo de industrialização em sociedades de bases agrárias, transformações estas acompanhadas com uma atenção maior no que se refere ao desenvolvimento o qual deve contemplar outros aspectos além do econômico.

O desenvolvimento para estas populações depende inicialmente de recursos externos, principalmente de políticas públicas, assim, invocamos o que sinalizou Marshall Wolfe (1976) e Celso Furtado (1996) que questionam o destino desse desenvolvimento em relação à recepção dos programas governamentais tendo como pressuposto uma sociedade que busca sempre se desenvolver. Logo, considerando as diversas realidades políticas econômicas e sociais, para que, para quem e a quem se destina o desenvolvimento apresentado nas propostas de políticas públicas.

A partir dessa reflexão sobre o destino do desenvolvimento, direcionamos nosso foco de análise para um dos segmentos de desfavorecidos: pescadores artesanais, pescadoras e marisqueiras. Este segmento depende da natureza como fonte da vida e da cultura local, nos sendo oportuno ressaltar o entendimento de Sachs (1998) sobre a expectativa do desenvolvimento sob a égide do crescimento econômico o qual anuncia que a consciência sobre a crise ambiental obriga-nos a pensar em termos planetários e a longo prazo na proteção e gestão dos recursos naturais e culturais que são patrimônios da humanidade.

Dentro dos aspectos ligados à aplicação de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento de comunidades desfavorecidas formadas por povos tradicionais, há um tema importante no que se refere à abordagem educativa de ações para promoção de melhorias em grupos à margem dos bens e dos serviços da sociedade, bem como das conquistas associadas às questões de participação e cidadania. Esta abordagem educativa deve estar contida nos projetos governamentais executados nos contextos que servirão de cenário para as ações desejadas, assim, a relação entre os agentes externos e membros das comunidades devem ser analisados pelo ângulo da comunicação educativa. Dessa feita, queremos realçar o fato de que nos processos de implantação destas ações públicas existem, além de pessoas, dificuldades de equilibrar os aspectos de valorização da cultura local com aspectos educativos e libertários que deveriam ser propostos na intervenção pública sem ferir os princípios dos saberes locais ou do diálogo de saberes.

O local de análise é a Ilha do Maruim em Olinda, Pernambuco, que vem ao longo do tempo (décadas), resistindo a um processo de pauperização cada vez mais



acentuado. Desde a chegada dos primeiros habitantes que se dedicaram às atividades de pesca, existe um contínuo processo de depreciação do meio ambiente. Essa comunidade tradicional passou por processos que a levaram ao aprofundamento de sua condição de pobreza. O desenvolvimento para as populações à margem da sociedade, no que se refere ao acesso a bens e serviços, depende inicialmente de recursos externos, principalmente de políticas públicas (WOLFE, 1976). Assim, uma questão aparece: De que forma as políticas públicas atendem os anseios de melhoria de condição de vida destas pessoas, reforçando a autonomia e identidade local?

Este contexto ribeirinho serve de cenário para a vida de centenas de famílias que moravam dentro do rio e que eram vitimadas pelas chuvas e pela ressaca do mar. Por si só estas indicações são ilustrativas da miséria e da fragilidade da habitação (palafitas), que evidenciavam as situações de medo e perigo a cada vez que a maré aumentava. Outra ameaça estava na escassez dos produtos oriundos da atividade pesqueira em consequência da poluição do rio. Em Silva (1988) encontramos que a questão da poluição dos rios é um dos grandes problemas dos pescadores, principalmente em Pernambuco e Alagoas, a qual leva os pescadores e suas famílias à fome, à doença e, em muitos casos, à morte. Da observação desta situação, discorreremos sobre as lesões ambientais intrinsecamente associadas às formas de produção predatórias do sistema capitalista.

Corroborando a situação acima elencada, temos o modelo capitalista como impositor de um crescimento com forte base material. Diegues (1983) alega que o desenvolvimento do modelo capitalista nas atividades agrícolas e pesqueiras, aliado às respectivas políticas públicas (uma abordagem economicista) provocou muitas mudanças na vida desses segmentos produtivos e nas relações sociais de trabalho. Apesar disso, a comunidade pesqueira volta-se para o mercado, sem perder o caráter alternativo da produção que pode destinar-se tanto ao consumo doméstico quanto à comercialização, apresentando-se como uma característica culturalmente forte se analisada como identidade de grupo.

O desenvolvimento para as populações à margem da sociedade, no que se refere ao acesso a bens e serviços, depende inicialmente de recursos externos, principalmente de políticas públicas. Assim, uma questão surge-se: De que forma as políticas públicas atendem os anseios de melhoria de condição de vida destas pessoas, sem reforçar o paternalismo e ao mesmo tempo aumentando o sentimento de autonomia e identidade local?



Ao verificar que a poluição dos rios e a produção capitalista neste meio têm acelerado os processos de exclusão de comunidades tradicionais, a exemplo a de pescadores, foi possível constatar também o cenário geográfico em que esses elementos se encontram, os quais servem também como objeto do presente estudo.

Cenário do estudo: O marco de tempo para esta pesquisa situa o estudo a partir de 2003. O enquadramento da situação estudada inicia-se no Rio Beberibe, o qual nasce na cidade de Camaragibe, passa por Recife, e desemboca no Oceano Atlântico, na Praia de Del Chifre em Olinda, onde, através de ações de políticas públicas tornou-se objeto de preservação e revitalização. Apesar de todas as mazelas sociais assistidas, muitas famílias resistem e continuam vivendo dos frutos do mar e dos peixes ali mesmo encontrados, continuando suas lutas por melhores condições de vida.

Neste trabalho, apresentamos os resultados das análises dos processos em relação às políticas públicas direcionadas à revitalização de áreas litorâneas com comunidades tradicionais de pescadores, pescadoras e marisqueiras. Os objetivos do trabalho ainda contemplaram a análise das ações do poder público para o desenvolvimento da comunidade pesqueira na Ilha do Maruim em Olinda-PE face às condições atuais dos pescadores e das pescadoras e como consideraram em sua metodologia as categorias propostas pelo modelo de desenvolvimento local, tais como: o envolvimento e a mobilização das organizações locais, as parcerias com organizações governamentais e Ongs, e a preservação ambiental. Acrescentamos um pouco de análise quanto à abordagem educativa da tarefa de promoção da melhoria de vida. Investigamos se, e como, as ações públicas para preservação e revitalização do local colaboraram com a melhoria de vida das populações assistidas, principalmente quanto ao deslocamento dos moradores, a promoção de renda e a mudança de tipo de habitação.

Metodologia: para atender aos objetivos da pesquisa utilizamos as observações diretas, visitas à comunidade, conversas informais com moradores e entrevistas com diversos segmentos como pescadores, marisqueiras, líderes comunitários, membros de ONGs e gestores públicos. Os questionamentos concentravam em saber se as ações públicas apontavam para o cuidado do meio ambiente sem deixar de lado as pessoas. Fizemos ainda: análise de documentos da Administração Municipal de Olinda, de jornais e da internet. Assim, buscou-se a utilização do método dialético, incluindo em sua pesquisa a análise da realidade



como um todo, além de meios de pesquisa observacional e entrevista como forma de adquirir dados e de obter uma maior orientação do estudo escolhido.

Pesca artesanal e desenvolvimento:

Como já nos referimos, a comunidade em estudo tem como sistema produtivo a atividade da pesca artesanal. Para Silva (1988) ao analisar as condições dos pescadores artesanais desde os primórdios da colonização, percebe-se que a história deles se confunde com a história dos outros grupos oprimidos como os camponeses e os escravos nos primeiros séculos da história brasileira.

Este foco de interesse ou esta pesquisa se insere também no âmbito de outras impressões e conhecimentos já elaborados na execução do projeto denominado Casadinho⁵, que é a parceria entre o POSMEX – Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE) e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq do governo brasileiro. O Projeto Casadinho foi gerado com o objetivo de compreender as ações da Extensão Rural e da Extensão Pesqueira no âmbito do desenvolvimento local, face às condições atuais dos pescadores e das pescadoras.

Assim, não se buscou conhecer somente uma realidade estática, mas a dinâmica dos moradores da Ilha do Maruim. Compreender um pouco sobre as pessoas e suas representações; entender o imaginário pessoal e coletivo para compreender melhor este território vivido (SANTOS, 1998). Logo, se no âmbito deste trabalho não foi possível esta abrangência verificamos logo que se trata de uma realidade complexa. Consideramos que os processos de desenvolvimento para qualquer sujeito concebido como individual ou coletivo, será sempre um processo de grande complexidade como sinalizou Morin (1983) em sua teoria da complexidade.

Outrossim, verificou-se que os processos visando o desenvolvimento poderiam envolver muitos aspectos culturais, sociais, econômicos e educativos, sendo importante analisar a relação do Estado, em suas ações de desenvolvimento, inclusão e percepção das pessoas, bem como as questões de sustentabilidade ambiental e participação.

⁵ O Projeto "**Pescando pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local**". Financiado pelo Edital MCT / CNPq / CT – Infra / CT - Energ n.07/2006.



Dentro do conceito de desenvolvimento local, processo endógeno, onde se valoriza as potencialidades locais, econômicas e sociais, preservando o meio ambiente de forma sustentável e que implica na organização e mobilização da sociedade local, resultando no fortalecimento da matriz sócio-econômica e cultural (DE JESUS, 2003), pode se dizer que a comunidade da Ilha do Maruim está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local, pois se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e meio ambiente do local. Da mesma forma que a produção oriunda da agricultura familiar tem importância para os aspectos de segurança alimentar e é base de sustentação das famílias camponesas, a atividade produtiva decorrente da atividade da pesca artesanal também é assim identificada para as comunidades pesqueiras.

ANÁLISE DOS DADOS: Fizemos a primeira visita, em março de 2009, às margens do estuário do Rio Beberibe com a Praia de Del Chifre em Olinda. Os contatos iniciais com os moradores e moradoras e com os gestores públicos nos pareceu fértil para a devida exploração do tema. No âmbito da análise das categorias de desenvolvimento local foram analisados os aspectos de organizações locais, as parcerias, a preservação ambiental e o enfoque educativo da ação pública. Investigamos se, e como, as ações públicas para preservação e revitalização do local colaboraram com a melhoria de vida das populações assistidas, principalmente quanto ao deslocamento dos moradores, a promoção de renda e a mudança de tipo de habitação e manutenção da produção que gera o sustento das pessoas do lugar.

Sabourin (2007) sinaliza também que a valorização da produção em sociedades populares e/ou camponesas acontece com a utilização da comunicação entre gerações e a reciprocidade pela transmissão do saber para a família e para as redes comunitárias, caracterizando-se como próprio do desenvolvimento endógeno. Este desenvolvimento acontece a partir das iniciativas locais, geralmente, em comunidades socialmente desfavorecidas que politicamente se organizam para o desenvolvimento. Somente na organização em formas associativas as sociedades pauperizadas viabilizarão seus direitos, deveres e força produtiva.

Organização local: O processo de ação pública mobilizou a comunidade. Em meio ao processo organizativo, constata-se que a Ilha do Maruim se formou como uma comunidade tradicional em um contexto contemporâneo pauperizado, com sua tradição



pesqueira, seu jeito peculiar de exercer o saber endógeno, suas histórias, lendas, ritos, representações e patrimônio imaterial.

Neste objeto de estudo foi possível verificar, ainda que parcialmente, que em uma prática social para o desenvolvimento de comunidades onde predominam as atividades de pesca, homens e mulheres devem ser protagonistas de ações coletivas, o que implicou no fortalecimento do grupo de mulheres em torno de ações como a do Clube de Mães (creche e orfanato), bem como do fortalecimento da associação de moradores do lugar.

O desenvolvimento local é um esforço localizado e de parcerias, isto é, dele participam homens e mulheres, lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e dos efetivos recursos locais (DE JESUS, 2003). Consideramos ser um grande desafio, embora seja primaz e possível, promover a participação, a associação, a valorização da cultura local e a preservação ambiental, bem como a implementação e consolidação de programas de políticas públicas para o desenvolvimento local, provocando a melhoria de vida das pessoas menos favorecidas de outras ações do estado ou fora dele.

Associação de Comunitária da Ilha do Maruim, Clube de Mães e Axé de Kilú: Parcerias ou concertação: No âmbito do desenvolvimento local os aspectos de concertação estão associados à existência de grupos organizados e à mobilização do mesmo em torno de interesses locais. Para a gestora pública entrevistada (entrevista 01) é provável que a mobilidade de moradores da Ilha do Maruim para moradias de alvenaria dentro da própria comunidade (havendo alguns que viviam dentro do próprio leito do rio Beberibe, em palafitas), ou mesmo em áreas próximas, trouxe o fortalecimento de grupos locais como o Clube de Mães, a Associação Comunitária, a ONG endógena de nome Grupo Cultural Axé de Kilú e os moradores locais.

A relação da comunicação com outro tipo de desenvolvimento traz consigo o pressuposto da participação. Para Tauk Santos (2000) as antigas abordagens não servem para explicar o velho objeto. A prática contrapõe-se à teoria e os movimentos sociais podem negociar com o Estado e o rural se combinando/confundindo com o urbano no massivo. Desta feita, entra em pauta o tipo de comunicação pelo diálogo: entre os agricultores; dos agricultores para o governo e do governo para a sociedade.



A Associação Comunitária da Ilha do Maruim foi constituída oficialmente em 1989 (possui 20 anos). Atualmente, não possui sede física e seu presidente e vice-presidente são eleitos por moradores maiores de 16 (dezesseis) anos, não necessitando estar associado, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado sem restrições.

A Associação de Moradores possui como presidente atual o Sr. Fábio Pessoa (entrevistado 02), o qual informou que não há ações específicas da associação em benefício dos pescadores e marisqueiras da comunidade, mas que estes são beneficiados com as conquistas da comunidade como um todo. As estratégias de comunicação para a participação dos moradores seguem normas legais. O processo de convocação dos moradores para participação nas reuniões se dá através de editais espalhados pela comunidade, além de comunicados entregues nas casas. O referido presidente age como mediador, além de legítimo representante, entre o poder público e a comunidade buscando sempre a concertação entre os moradores, Associação Comunitária, Governo, ONG (Axé de Kilú⁶) e Clube de Mães, a fim de atingir melhorias para os moradores da Ilha do Maruim. Contudo, apesar da articulação foi verificado que há uma cisão ideológica em virtude de apoios políticos externos, não havendo unicidade neste sentido.

Quanto à participação da associação na transferência dos moradores, informou o presidente (entrevistado 02) que a ação partiu da Administração Pública e que a participação opinativa da Associação e da comunidade foi pouca. Ressalte-se que embora tenha havido a exclusão da comunidade no que tange ao direito de argumentar melhorias para a localidade, houve a mobilização e dinâmica em virtude da nova condição.

Da entrevista com uma das gestoras públicas ligadas ao projeto de mobilização da Ilha (entrevistada 01), veio a informação de que ao longo destes últimos seis anos, houve oficinas de conscientização ambiental promovidas pela Prefeitura Municipal de Olinda, bem como oficinas de artesanato com material reciclável (garrafas pet e palitos de picolé). No entanto, mesmo tendo havido o intuito de promover a reciclagem e servir como fonte de renda para a população, não houve prosseguimento após o término das

⁶ Entidade sem fins lucrativos voltada à cultura negra, possui cerca de 150 (cento e cinquenta) integrantes e existe a 18 (dezoito) anos, trabalha com atividades de percussão, danças populares, cidadania e meio ambiente para crianças e adolescentes da comunidade da Ilha do Maruim e adjacências visando contribuir para valorização da cultura negra, Erradicação ao Trabalho Infantil, Uso Indevido de Drogas e Abuso e Exploração Sexual.



oficinas. O entrevistado 02, mencionou a falta de identificação das oficinas, com as reais necessidades da comunidade e até mesmo com sua cultura.

Assim, considerando o universo dos sujeitos sociais (pescadores, pescadoras e marisqueiras) atendidos por políticas públicas e de suas famílias para atingir os propósitos do desenvolvimento local, deve ser absorvida a idéia de que objetivos produzidos em outras instâncias estranhas ao local, muitas vezes com características avançadas, acabam por ser muito diferentes e não serem incorporadas pelas pessoas do lugar.

Informou também que houve participação dos moradores na construção das novas moradias e que os moradores que ocuparam esses imóveis são conscientizados pela Associação a pagarem em dia suas contas de luz e em contrapartida são beneficiados com a permuta de suas geladeiras velhas por novas, obtendo um total de 150 (cento e cinquenta) novas geladeiras para a comunidade. Fez constar que a companhia de eletricidade, atua na comunidade de duas formas: 1) Ação de conscientização dos moradores que saíram de situação de informalidade para a situação de consumidores, oferecendo a permuta das geladeiras velhas ou usadas por novas como incentivo; e 2) implantação do telecentro no Centro Cultural Axé de Kilú, o qual foi beneficiado com computadores e equipamentos de informática.

A associação tem como um de seus objetivos, conseguir que a própria comunidade proceda à manutenção da localidade de forma endógena e autônoma (baseia-se na união de forças dos próprios moradores para melhorias de suas condições).

Apesar dos benefícios observados na comunidade, as famílias que receberam as casas se encontram em situação complexa, pois, muitas obtinham renda apenas para a alimentação, o que ocasionou a necessidade de venda ou aluguel (ilegal nos dois casos) dos imóveis por não haver condições de pagar as contas de água e luz.

Outros moradores que recebem auxílio aluguel enquanto não forem para suas novas moradias sofrem com o atraso no pagamento por parte da Administração Pública. Essa situação decorrente da realocação da população ribeirinha para as novas casas levou a associação a fazer manifestação em frente à prefeitura de Olinda (dia 12.03.09), em virtude dos atrasos no pagamento do auxílio aluguel. Há queixas dos comerciantes em razão da remoção de entorno de 360 (trezentos e sessenta) famílias, o que importou em prejuízos para o comércio da localidade em virtude da diminuição do movimento.

Por fim, quanto à parte da comunidade dedicada à pesca, informa o entrevistado 02 que houve diminuição da quantidade de pescadores e pescadoras, bem como de



marisqueiras, tanto em razão da poluição, como em razão ao não repasse das tradições pelos pais aos filhos que acabam por galgar outras profissões, reforçando a idéia com afirmativa de que a atividade de pesca da região é exercida por homens de meia-idade.

AS PARCERIAS: Organização Não Governamental

As entidades participantes deste processo de desenvolvimento local trabalham diretamente com crianças e adolescentes da comunidade, em geral com atividades desportivas, artísticas e de inclusão digital. Dentre as ONGs que atuam na comunidade da Ilha do Maruim, a maior contribuição vem do Grupo Cultural Axé de Kilú, sendo ente reconhecido como entidade expressivamente atuante dentro da comunidade.

O Axé de Kilú trabalha com os valores endógenos, com os potenciais de recursos humanos do lugar, com integrantes e funcionários da própria Ilha do Maruim, evitando a participação de pessoas alheias como forma de reforço de sua identidade e valorização do local, justificando a própria entidade, através da diretora consultada, que em função da marginalidade percebida na comunidade, a assimilação dos próprios moradores garante a facilidade da penetração sem o perigo de violência em diversos sentidos. Recebe seus filhos oferecendo oficinas de dança e percussão, reforço escolar e telecentro (atividade de inclusão digital – informática). Trabalha com os pais e com adultos do lugar. Em todas as atividades há a construção de conhecimentos através de seminários sobre ecologia/meio ambiente; preservação, saúde (sexualidade, higiene e combate ao uso de drogas) e direitos humanos e sociais (em especial, trabalhos contra violência doméstica).

Ainda há resistência de alguns pais em virem às reuniões, cursos, apresentações e palestras, no entanto, o grupo cultural utiliza metodologias que sirvam de atrativos como em situações iniciais que para conquistar a platéia almejada fazem uso de através de subterfúgios como lanches e sorteios de brinde de pequeno valor.

A resistência de uma cultura local já alicerçada e a necessidade educativa de alterar as concepções e provocar mudanças conceituais, nos faz lembrar que é muito importante considerar o que as pessoas já pensam. Esse conhecimento de senso comum funciona muitas vezes como preservação de valores importantes e, caso contrário, pode se constituir barreiras às mudanças para a melhor qualidade de vida no lugar. A influência dos conhecimentos prévios na construção dos conhecimentos novos fez Gastón Bachelard (1996) denominar os conhecimentos já existentes como obstáculos epistemológicos.



Atualmente, o Grupo Cultural Axé de Kilú trabalha em parceria com as entidades públicas no Projeto de Erradicação do trabalho Infantil e em Projeto de combate ao abuso e exploração sexual. No entanto, dentre as dificuldades reclamadas pela Organização Não Governamental, a carência de uma participação mais efetiva do governo, com valores maiores, além dos recorrentes atrasos nas verbas já repassadas. O Grupo Cultural Axé de Kilú reconhece também a importância e efetiva participação da Associação de Moradores e do Clube de Mães, atuando com ambas em apoio mútuo.

CONSTRUÇÃO DE REDES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:

Foram construídas redes de parcerias no processo de consolidação e execução da reorganização da comunidade em torno dos problemas originados pela poluição do rio e pelas condições inadequadas de moradia no Canal da Malária (Rio Beberibe). Mesmo sendo reconhecida pela comunidade como entidade de representação, informa à diretora do Axé de Kilú (entrevistado 03), que não houve efetiva participação dos moradores no projeto de realocação das moradias, apenas comunicação, entendendo a retirada dos casebres como rápida demais. Não foram avisados sobre a inauguração das novas habitações, não se mostrou legítima por não incluir a comunidade, a não ser como espectadora. Dentro das redes de articulação e parcerias estão identificadas as relações que o Grupo Cultural Axé de Kilú possui com o governo federal, estadual e municipal, dos quais recebe verba para investimento em seus projetos.

As informações adquiridas neste estudo fazem com que associemos estes dados de realidade concreta à base teórica trazida por Milton Santos (1990), que menciona a importância do reforço e da organização para fortalecimento e resistência do local.

COLÔNIA: A Colônia de pescadores próxima da Ilha do Maruim, Colônia Z-4, situada à Rua do Farol, Bairro do Carmo em Olinda, é composta por inscritos (pescadores que não contribuem com as taxas da colônia) e associados (contribuintes). Esta Colônia vem sendo objeto de estudos de diversas entidades, contudo não foi observado pelos associados atuação no sentido de capacitá-los ou oferecer recursos de qualquer natureza para melhoria da qualidade de produção e escoamento.

Afirma o entrevistado (04), que a entidade não recebe contribuição intelectual ou material de entidades públicas, informando também que as únicas políticas públicas que lhes são atribuídas são as de preservação ambiental que em seu entendimento prejudica as atividades pesqueiras e de catação de mariscos. Explica ainda que, segundo os próprios pescadores e marisqueiras, tais políticas de preservação ambiental



impedem o corte do mangue para o acesso aos mariscos e limitam a pesca. Ainda em relação à ótica da colônia, representada pelo entrevistado 04, a solução a ser discutida com o poder público envolve o replantio da área de mangue e a determinação de uma área em que possa ser feito o corte das varas da flora ribeirinha.

O entrevistado 04 associa como produto forte das pescadoras e pescadores da Ilha do Maruim a pesca do camarão do próprio Rio Beberibe, ressaltando que os peixes também são alvos das atividades. Quanto às marisqueiras, lamentou que as mesmas já não possam mais catar na região da Ilha do Maruim e nem na área de propriedade da União (Marinha) em virtude do alto índice de poluição. Observa ainda (entrevistado 04), mesmo através do conhecimento popular, que os mariscos servem como filtro, absorvendo parte dos resíduos nocivos ao ambiente. Com a impossibilidade de catar seus mariscos naquela localidade, as marisqueiras migram para outras regiões como Maria Farinha, Carne de Vaca, Ilha de Deus (Afogados), Tejucupapo e Pina para fazê-lo.

Sobre esta perspectiva de reinterpretação e de reelaboração, e sob a luz da identidade cultural de um povo, Canclini (1997) adverte que houve tendências mundiais que imaginaram que a modernização acabaria com as formas de produção, as crenças e os bens tradicionais. Diz o autor que a modernização e as novas tecnologias podem diminuir o culto ao popular tradicional no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Por isso, do lado popular vale preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma, ou seja, com o que se reelabora ou se redimensiona. Assim, devemos pensar na construção de novas formas de valorizar o local e, a partir da base da sociedade territorial, encontrar caminhos que nos liberem da maldição da globalização perversa, que estamos vivendo, bem como que nos aproxime da possibilidade de construir outra globalização, capaz de restaurar o homem de sua dignidade.

ABORDAGEM EDUCATIVA: Em sociedades democráticas, já é marca consolidada que os processos entre governo e as populações assistidas devam ter como princípio a comunicação pelo diálogo e as abordagens educativas. Na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira (Brasil, 2004) há uma forte recomendação da abordagem educativa por sua relevância em facilitar a compreensão sobre as dificuldades de aplicação de boas idéias e de bons projetos.

O tema que tem agregado em torno de si educadores do mundo inteiro acentua como muito importante os conhecimentos chamados de espontâneos, que as pessoas



trazem. A preocupação incide sobre a bagagem não somente dos conhecimentos individuais, mas do saber coletivo, das representações sociais construídas no coletivo, bem como do saber espontâneo levado em consideração no seu coletivo de socialização. Neste enfoque, segundo Krasilchik (1992), os estudos sobre a importância de considerar o que as pessoas já sabem, são relativos à área de psicologia cognitiva e têm sugerido que a aprendizagem ou mudança conceitual deve ocorrer e que para trazerem mudanças significativas é necessário que se leve em conta a organização imaginativa e as representações sociais das pessoas e que se leve em conta as experiências anteriores do público com que se deseja interagir: Interferir para transformar, diria Paulo Freire (1983).

De geração em geração as pessoas viviam como povos tradicionais, pescadores. Com o passar dos anos até a atualidade, a poluição do lugar e outros problemas sociais tornaram a comunidade uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. As Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) que são áreas à margem da legislação preenchidas com loteamentos clandestinos, ocupações e favelas, geralmente, em regiões ambientalmente frágeis e de difícil urbanização como encostas de morros, várzeas inundáveis ou mangues. Dentro da comunidade estudada, considerada uma ZEIS, as condições desumanas de moradia e poluição ambientais associaram-se as questões do uso de drogas e tráfico, bem como residência de bandidos, resistindo, no entanto famílias que continuam vivendo dos frutos do mar e dos peixes ali mesmo encontrados.

CONCLUSÃO: Para fins das análises das formas de como as políticas públicas para o desenvolvimento da comunidade pesqueira na Ilha do Maruim em Olinda-PE estão sendo implantadas, consideramos a participação, mobilização das organizações locais, as parcerias com organizações governamentais, as parcerias com ONGs, a preservação ambiental e o trabalho na perspectiva educativa. Investigamos se, e como, as ações públicas para preservação e revitalização do local colaboraram com a melhoria de vida das populações assistidas, principalmente quanto ao deslocamento dos moradores, a promoção de renda e a mudança de tipo de habitação. No entanto somente de forma organizada estes setores podem realmente obter um desenvolvimento significativo em termos de alcançar a soberania e a capacidade de criarem e recriarem formas de conquistas as mais diversas e para o coletivo.

Assim, o desenvolvimento verifica-se através das políticas públicas e das diversas realidades políticas e sociais da Ilha do Maruim em Olinda, Pernambuco. Esta



comunidade continua com problemas historicamente colocados como: pobreza e criminalidade, agravados por falta de assistência pública, baixo nível do sistema educacional e poucas oportunidades para aumento de renda e da qualidade de vida, apesar disso, são numerosos os membros desta comunidade com origem na tradição da cultura pesqueira que resiste e se organiza através do Clube das mães, do Grupo Cultural Axé de Kilú, da Associação Comunitária e de outras formas de parcerias e de luta por dias melhores.

Confirma-se que o desenvolvimento para estas populações depende inicialmente e continuamente de recursos externos, principalmente de políticas públicas, mas a verdadeira melhoria da qualidade de vida e de oportunidades se dá com o envolvimento e protagonismo das pessoas do lugar. A necessidade das diversas formas de apoio, parcerias e de incubação, a fim de buscar o fortalecimento para o futuro com autonomia para estes grupos. São homens e mulheres que na pesca, na busca do marisco e na luta em outras formas de sobrevivência desenham o presente e o futuro deste lugar no propósito de seguirem como sujeitos e protagonista do desenvolvimento local. Com base na análise desta sociedade territorial foram trilhados caminhos que ainda não foram finalizados. Certamente estes caminhos serão eivados de organicidade e valorização do local, em parcerias e conquistas, todas vivenciadas em busca de dias melhores no caminho de um futuro construído coletivamente para a transformação da

Referências

BACHELARD, Gaston, **A formação do Espírito científico**. Trad. Estela Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CANCLINI, Nestor. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DE JESUS, Paulo. **Desenvolvimento Local**. In Cattani, A. David. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. P. 72-75.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996



KRASILCHIK, Myriam. Caminhos do Ensino de Ciências no Brasil. **Em Aberto**, ano 11, nº55, jul./set.1992.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In Cattani, A. David. (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003.

SABOURIN, Eric. L'entraide rurale, entre échange et réciprocité. Paris. Éditions Quae. 2007

SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In Viera, P. F; RIBEIRO, M. F; FRANCO, R.M; CORDEIRO, R. C. (orgs). Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre, Pallotti. Florianópolis: APED. 1998.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **Comunicação Rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local.** Lopes, Maria I.; Frau-Megs e Santos, Salett Tuk. Comunicação e informação: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

SANTOS, Milton. **O retorno do Território. In Território: globalização e Fragmentação.** Ed. Hucitec. SP. 4ª ed. 15-20.1998. SILVA, Luiz Geraldo (Coord.). Os pescadores na História do Brasil: Colônia e Império. Recife, Comissão Pastoral da Terra. Vol. 011988.

WOLFE, Marshall. Desenvolvimento para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-social. São Paulo. Paz e Terra. 1976.